

POLÍTICAS, FORMAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS

Autor Valéria Aparecida Pinheiro Becker¹, Elisa M. A. Brisola¹

¹ Universidade de Taubaté – Departamento de pós-graduação. Rua Barão Visconde do Rio Branco, 210 Taubaté, lelapi@ig.com.br

Resumo- Este artigo é parte dos estudos realizados para a elaboração da dissertação de mestrado do curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Políticas, Formação e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté. Serão apresentadas algumas contribuições obtidas através do resultado parcial da pesquisa sobre o Projeto Justiça Restaurativa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação. Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se da abordagem qualitativa. A coleta dos dados deu-se por meio da Metodologia da História Oral, com entrevista semi-estruturada. Os sujeitos da pesquisa são adolescentes integrantes do ciclo II, do Ensino Fundamental de Escolas Municipais de São José dos Campos. Para análise dos dados utilizou-se a técnica da triangulação valendo-se da pesquisa documental, bibliográfica e da observação e análise dos contextos nos quais os alunos vivenciaram a Justiça Restaurativa. Abordaremos sobre a violência no contexto da sociedade até o ambiente da escola e como a justiça restaurativa contribui no enfrentamento da violência no âmbito escolar..

Palavras-chave: violência, prática restaurativa

Área do Conhecimento: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação

Introdução

A violência está presente na sociedade desde os primórdios da organização da humanidade. Temos o privilégio de sermos seres únicos e o grande desafio é aprender a conviver com o outro diferente e com o interesse de poder que permeiam as relações sociais. Neste sentido, são criadas regras que de acordo com o tempo e espaço se modificam criando novas necessidades e interesses.

No Brasil, a violência tem suas marcas na formação sócio- histórica, desde a invasão européia, a escravidão, período de ditadura até as relações de dominação estabelecidas nos dias atuais. Mesmo com a existência de regras sociais, a convivência nem sempre é tranqüila e as relações de poder entre classes sociais fazem com que ocorram condutas violentas. Tais comportamentos, no decorrer da história geram mecanismos de controle social, através de leis e repressão através da força física que muitas vezes utilizam a mesma lógica que é combater a violência com violência.

Todos já passamos por alguma situação de violência em nossa vida, seja na escola, em casa por parte de um irmão dominador ou grupo na comunidade. Este tipo de atitude pode ser encontrado em diversas partes do mundo e em diferentes espaços sociais. O bullying é uma manifestação presente diariamente nas escolas, através da ação de indivíduos que sozinhos ou

grupos agem no intuito de humilhar e excluir suas vítimas.

Segundo Jares (2008) para que a justiça e a solidariedade sejam postas em práticas, há que se ter exigido uma transformação das situações injustas. Há a necessidade de mudança social, política, econômica e cultural. Para o autor a solidariedade difere de dever ou direito, esta de consolida na ética, na virtude e na cidadania crítica. Na narrativa dos adolescentes constatamos que a Justiça Restaurativa é uma tecnologia social que favorece para sustentabilidade do planeta.

O desejo da sociedade em geral é viver em um mundo sem violência e conflitos, no entanto o conflito é inerente a qualquer relacionamento humano, o que diferenciara é a forma como tratamos tais situações que poderão gerar a violência. É importante entender que não é algo que ocorre no individual, mas no coletivo, o que requer a contextualização desse fenômeno.

A violência ocorre em muitos espaços, sejam públicos ou privados, contudo há ocorrência que não são registradas ou notificadas, por falta de confiabilidade nos serviços de segurança ou por medo de consequências mais graves. Cotidianamente, se presencia cenas de violência nos meios de comunicação, no trânsito, na escola e nas residências. Essas situações nos levam a perguntar o que fazer? Por que tal fenômeno é tão difícil de ser resolvido? Por que nos chama tanto atenção?

ABRAMOVAY (2010) aponta para a realidade atual que apresenta muitos tipos de violência que surgem como expressão de resistência ou de modo a superar a “invisibilidade social”. Ocorrem mudanças que conseqüentemente afetam as representações do fenômeno. Mesmo com inúmeros esforços para fornecer uma representação objetiva da violência, através de dados estatísticos esta não deixa de ser altamente subjetiva, quer dizer, cada indivíduo ou grupo social apreende a violência a partir de suas experiências e valores.

Para a autora, muitos atos de violência cometidos na sociedade passam despercebidos e em função da cultura da violência, são banalizados e naturalizados e alimentados pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada. Também a falta de uma discussão profunda dos fundamentos socioeconômicos e culturais da violência contribui para ações que atuam sobre as conseqüências e não nas causas do fenômeno.

Outro fator a ser considerado é a mídia que através dos meios de comunicação de massa, colabora com a descrença nas instituições de justiça e segurança.

Neste cenário de ameaça, muitos indivíduos praticam atos violentos que são justificados e aceitos como uma atitude de autodefesa e valores como respeito, solidariedade e responsabilidade são esquecidos pelos indivíduos. Deixamos nossa humanidade e agimos instintivamente para nos defender de ameaças potenciais, nos trancamos em condomínios e carros blindados, nos armamos e nos destruimos, nos privando do encontro com o outro.

Segundo a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo-SSP (2011), o aumento do registro de ocorrências nem sempre significa um fator negativo, pois tal fato pode ser considerado como credibilidade e produtividade policial, ou seja, para a Secretaria pode ser considerado positivo no sentido dos indivíduos confiarem que as situações serão solucionadas e também que os policiais estão envolvidos com a atividade desempenhada.

No ano de 2010 foi criada resolução SSP 161/10, com o objetivo de encaminhar dados dos boletins de ocorrência para publicação no Diário Oficial e divulgá-los no site da SSP, em prazo de trinta dias após o encerramento do trimestre. Os dados analisados, dos crimes registrados no primeiro período de 2011 realizados no Estado de São Paulo, nos permitem conhecer os dados concretos da violência urbana e caracterizá-la no cotidiano.

Na coleta de dados realizada para análise da violência no Estado de São Paulo, no site do Departamento da Polícia Civil da Polícia Militar, ficou demonstrado que os crimes contra a vida

dos indivíduos merecem destaque, bem como os furtos e roubo. Esses dados estão intimamente ligados à situação socioeconômica mundial que exclui a maioria da humanidade dos mínimos sociais para sobrevivência, associada aos constantes ataques que a cultura do consumismo faz. As pessoas são caracterizadas como objetos nessas relações de poder e a dignidade humana é descartada e as necessidades dos indivíduos não são atendidas.

Segundo ALVES (1999), ocorre uma liberdade para movimentar o capital em âmbito internacional e a ideologia de uma globalização de troca de mercadorias é insignificante o que ocorre é a mundialização do capital-dinheiro. Neste sentido, ocorre o enfraquecimento das forças sindicais e das políticas sociais em discursos contraditórios que ressaltam a importância da educação e diminuem recursos para o desenvolvimento de proposta eficiente ou as encaminham pela metade.

Tal situação pode ser evidenciada no cotidiano de todas as políticas sociais cujas tendências são a focalização e a seletividade, bem como a culpabilização das famílias e indivíduos por seus fracassos, sem levar em conta a desigualdade social, a agudização da questão social com expressões como a violência, o desemprego, o trabalho precário, entre outras.

O mundo ocidental vive um momento de muita violência em todos os âmbitos da sociedade. No entanto, consideramos que a mais perversa é a violência institucional, especialmente as que têm como finalidade a proteção e a segurança da vida, que deixa o indivíduo cada vez mais vulnerável às situações de risco. Santos (2010) aponta para uma característica do capitalismo globalizado que é a utilização obsessiva de técnicas, ditas como indispensáveis, para a eficácia da ação, que favorece a inflexibilidade dos comportamentos. Para os dirigentes políticos e financeiros a única crise que pretendem afastar é a financeira e não medem esforços para contê-la, mesmo que seja à custa das relações sociais, econômicas e morais presentes na sociedade atual.

Os valores presentes na sociedade ocidental que asseguram a produtividade do mercado, o consumismo, à competitividade são considerados por Santos (2010) como origem da violência estrutural, facilmente visíveis nas formas de agir do Estado, das empresas e dos indivíduos. A partir desta violência todas as outras se configuram, e nesse sentido, não podemos pensar ingenuamente, descolando os atos de violência do cotidiano deste fator estrutural.

Na lógica da competitividade o que está posto é vencer a qualquer custo sem nenhuma preocupação com as conseqüências para outro. Segundo Santos (2010) os últimos anos do século

XX foram o auge para o sistema capitalista, com a realização de grandes fusões, seja no campo da produção, finanças ou da informação. Também um momento em que muitos atores deixaram visíveis suas intenções baseados na ética da competitividade e do individualismo.

Desta maneira, percebemos uma mudança de valores demonstrando a ordem que se estabelece no planeta, nos países, no estado, nas cidades, na sociedade até o cotidiano de cada um que é a comunidade, escola e a família. Neste sentido, ocorre o esvaziamento dos valores como a solidariedade, e o respeito, ampliando o espaço para o individualismo, desamparo e medo.

A escola é um espaço de formação de indivíduos e dessa maneira indaga-se: qual ação temos diante da violência na escola? E qual nosso compromisso diante da cultura da paz? A violência estrutural, a situação socioeconômica e a desigualdade presentes na sociedade são consideradas no momento de nossa ação? Que caminho percorrer, para que formarmos cidadãos para a paz?

A violência na escola

O bullying, atualmente qualificado e amplamente divulgado pela mídia, não deixa de ser a violência do Estado, como força repressora, que intimida para manter a ordem. O indivíduo é educado para obedecer mediante o castigo e a compensação. Como sujeito alienado e com suas necessidades não atendidas e em muitas das vezes reproduzindo a violência que sofre em outros ambientes e situações da vida, encontra na escola o espaço para exercer seu pseudo “poder”.

As conseqüências psíquicas e comportamentais que podem ocorrer com as vítimas do bullying são imensas e podem comprometer toda a vida do indivíduo. Geralmente os alvos dos agressores são indivíduos que estão em desigualdade de poder e já possuem baixa auto-estima e com a prática constante da violência sofrida o problema preexistente, pode evoluir para quadros mais graves como sintomas psicossomáticos, transtorno do pânico, fobia escolar, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, anorexia e bulimia, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno do estresse pós-traumático. Doenças como esquizofrenia, suicídios e homicídios, são menos freqüentes, porém ocorrências nesta natureza já foram registradas (SILVA. A., 2010).

A violência institucional também é um fator de extrema importância neste cenário, pois ela acontece em cadeia, pois a tolerância também não está na pauta. A escola, além de das avaliações, conteúdos programáticos a serem cumpridos,

volta-se à resolução de conflitos e violência, muitas vezes essa agressividade torna-se incontrolável e inaceitável para a equipe gestora e professores que não têm “tempo” para o diálogo. O ocorrido é resolvido através da punição que é a maneira conhecida por todos e com resultado imediato, que também atende a ideologia do capitalismo, quantidade x tempo. Nenhuma subjetividade poderá ser percebida sem uma relação de reciprocidade e confiança entre os indivíduos, fazendo com que a ação seja superficial e os incidentes ocorram com tanta freqüência.

A partir das dificuldades narradas pelos adolescentes, referente à prioridade de atendimento podemos inferir que muitas vezes, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de atitudes pedagógicas inovadoras previstas nos parâmetros curriculares do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a criança e o adolescente ainda não conseguem ter todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana garantidos.

Segundo o ECA é assegurado o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, sendo assegurada pela família, pela sociedade e pelo Estado absoluta prioridade. Nesse sentido pergunta-se será que as crianças e adolescentes hoje, após vinte anos desta lei tem esses direitos efetivados?

A convivência nos diferentes contextos é pautada em normativas e valores que regulam as relações. Estas por sua vez são influenciadas por questões sócio-políticas que conseqüentemente afetam nossos relacionamentos. Segundo Jares, atualmente estamos “imersos em um contexto de políticas neoliberais e conservadores que não favorecem modelos de convivência democráticos e respeitosos para com os direitos humanos” (JARES, 2008, p. 28). Para o autor este modelo dificulta o exercício da cidadania e a convivência democrática, que é invadido por uma “democracia mercantilizada e televisionada”(grifos do autor).

Para que possamos construir uma sociedade que favoreça os direitos universais, é preciso construir uma convivência que assegure o respeito e a solidariedade. A utilização da Justiça Restaurativa na resolução de conflitos nos faz iguais, através do respeito às diferenças e a dignidade humana, permitindo que adultos e crianças, pais e filhos reconheçam suas atitudes e reconsiderem suas ações.

Na narrativa dos adolescentes- sujeitos da pesquisa, observamos que as brigas na escola, geralmente começam por motivo banal e que tomam outra dimensão. Utilizam o termo “desnecessário” para pontuar que não

necessitamos desses conflitos no nosso cotidiano. Então, se pensarmos porque acontecem tantas vezes, em diferentes ambientes escolares, chegaremos à banalização da violência.

Nas discussões apresentadas sobre situações de conflito e violência no ambiente escolar, geralmente são narradas do ponto de vista individual, em que a causa é o indivíduo, características de um sistema neoliberal, que favorece a desigualdade social, o individualismo, o medo e a relação de dominação.

Também é pontuado o desrespeito as diferenças, ocorrendo à discriminação dos sujeitos que apresentam características fora do “padrão de aprovação” da ideologia dominante.

Segundo Jares (2008) o conflito e a convivência são duas realidades inerentes da vida em sociedade, que demonstram que em uma mesma sociedade existem várias formas de conviver e relacionar, até mesmo uma pessoa pode transitar durante um mesmo dia por diferentes modelos de convivência como trabalho, família, escola. Cabe ressaltar, que apesar dessas diferenças que se estabelecem nos relacionamentos, o sujeito influencia e é influenciado por essas relações.

O modelo de convivência que aqui abordamos de intolerância, de preconceito, de autoritarismo, de dominação presentes em nossa sociedade é construído por todos nós. Existem características que são da condição humana como a agressividade, gerada socialmente. Não podemos ser reféns do sistema vigente como indivíduos passivos, diante das injustiças e violências que ocorrem no cotidiano.

Quando nossas crianças e jovens vão para a escola, esperamos que este local seja de crescimento intelectual e emocional, pois seus relacionamentos e seu círculo de amizades se ampliam. Esperamos que através do conhecimento dos primeiros anos de vida escolar encontrem motivação e prazer pelo aprendizado.

Segundo Jares (2008) para que à justiça e a solidariedade sejam postas em práticas, exige uma transformação das situações injustas. Há a necessidade de mudança social, política, econômica e cultural. Para o autor a solidariedade difere de dever ou direito, esta se consolida na ética, na virtude e na cidadania crítica.

As práticas restaurativas utilizada pelas escolas que efetivaram o curso favoreceram para que estes adolescentes pudessem perceber a importância do diálogo, uma nova forma de relacionamento entre funcionários, educandos e educadores. Foi instituída outra forma de relacionar-se e principalmente a possibilidade de reflexão da ação, capaz de uma nova ação consciente, demonstrando a maturidade e crescimento do grupo.

Outro aspecto apontado na narrativa dos adolescentes é que através dos círculos restaurativos encontraram um caminho para soluções que atendam às necessidades de ambas as partes envolvidas em conflitos, ou seja, que foi possível encontrar nesta situação a restauração do relacionamento.

Quando conseguimos perceber a necessidade do outro, iniciamos um processo de conexão com este que possibilitará à realização de ambas as partes. No entanto, o autoconhecimento é imprescindível para conhecer nossas necessidades e assim possamos também perceber a necessidade do outro. Também é necessária a leitura crítica do contexto social a qual afeta o cotidiano das famílias, da escola e da sociedade em geral.

A violência vivenciada na contemporaneidade traz conseqüências negativas para a vida em sociedade, nesta relação todos se sentem vulneráveis e o ataque torna-se a principal arma.

As narrativas dos adolescentes expressam sentimentos e experiências individuais que se entrelaçam construindo um pensamento coletivo, neste sentido expressam muitas outras vozes que são oprimidas e sufocadas, sabemos que o aqui exposto, são relatos preliminares para entendermos a importância de discutir o tema em questão que é a prática restaurativa como estratégia para resolução de conflitos.

Conclusão

A metodologia utilizada pela Justiça restaurativa não se esgota apenas em uma técnica em si mesma, trata-se de uma tecnologia social que tem o objetivo de inclusão social. Para Dias (2008) a tecnologia social é formada pela complexidade da relação entre fatores técnicos e fatores sociais em uma perspectiva dinâmica, simultaneamente social e técnica. Diante da contribuição e importância das práticas restaurativas para a convivência dos adolescentes entrevistados em nossas conclusões preliminares entendemos como espaço de diálogo e reflexão para idéias de sustentabilidade social.

Evidentemente, reconhece-se que a violência e os conflitos presentes na sociedade são produtos sociais, os quais sofrem determinações políticas, econômicas, culturais e sociais. Portanto, a Justiça Restaurativa não poderá “resolver” os conflitos em sua natureza estrutural, mas, corroborar para o processo de construção de relações sociais mais pacíficas.

Nesse sentido, observa-se que a Justiça restaurativa apresenta-se como avanço, na perspectiva do diálogo e da negociação, contribuindo para a criação de uma tecnologia

social que pode ser construída com o interesse da justiça, educação e outros setores da sociedade objetivando uma convivência pautada no respeito e na dignidade, caminhando para a democratização do espaço escolar, entre outros.

Referências

- ABRAMOVAY, M.(org.) Gangues, gêneros e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Ed. 1. Brasília-DF. 2010. http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_gangues_sem_a_marca.pdf. Acesso 30/06/2011.
- ADRIÃO, T. Autonomia para a escola brasileira: refletindo sobre o pensamento reformador em educação. *Dialogia*, São Paulo, v. 5. p 39-52, 2006.
- ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital.- A Nova Degradação do trabalho na Era da Globalização. Ed. Práxis, 1999. São Paulo.
- ARAÚJO, A. P. Justiça Restaurativa na Escola: Perspectiva pacificadora? Porto Alegre. 2010. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Lei 8069/90). Brasília 1990.
- _____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. acesso em 14/09/2010
- CARVALHO, Henrique. Sustentabilidade Social: Por que Ela é importante?, 2010. acesso dia 15/08/2011. <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-social/>.
- CECCON, C. et. al. Conflitos na Escola: Modos de transformar. Rio de Janeiro: CECIP; Imprensa Oficial, 2009.
- COSTA, Jurandir Freire. O Medo Social IN Veja 25 anos Reflexões para o futuro. São Paulo: Editora Abril, 1993, p.p 83-89. acesso 31/05/2011.
- DEBARBIEX, E. BLAYA C. Violência nas Escolas e Políticas Públicas. UNESCO, Brasília, 2002.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 13ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. 1996.
- FREITAS, S.M. História oral: possibilidades e procedimentos. 2ª Ed. São Paulo. Associação Editorial Humanitas, 2006.
- MANUSCRITO. Capacitação de Justiça Restaurativa. Secretaria Municipal de Educação. São José dos Campos – SP. 2010.
- PEREIRA, P.A.P. e STEIN, R.H. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar a América Latina. In. BOSCHETTI, I. e t al. Capitalismo em Crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINELLI, M.L. (org.). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.
- PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Vol. 01, n 2. Rio de Janeiro: Tempo, 1996.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/default.aspx> acesso: 24/05/2011.
- SILVA, A. B.B. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro. Objetiva. 2010.
- TRISTÃO, E. L. ; LUPATINI, M. ; LARA, R. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. *Serviço Social e Sociedade*, n. 98, abr/jun. São Paulo: Cortez, 2009.